

CARTA DE CANAUANIN/RORAIMA

Aos:

Ministro de Educação, Presidente Conselho Nacional de Educação, Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas, SESU, ANDIFES/ Nacional e Regional Norte, SBPC/Nacional e Regional Norte, INPA, UNESCO, UNICEF, PDPI/ Ministério Meio Ambiente, Ministério Público, SECD/RR, DEI-SECD/RR, Reitor UFRR, Reitor UA, FUNAI.

Professores, Lideranças, alunos e comunidades indígenas de Roraima, dos povos Wapichana, Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Yekuana e Wai-Wai, reunidos no Seminário Ensino Superior: Conquistando Espaço na Formação do Professor Indígena, na Comunidade de Canauanin, Município de Cantá, entre os dias 02 à 04 de Maio do presente ano, discutimos sobre as necessidades de formação dos professores indígenas em nível superior universitário.

Para fazer frente ao violento processo de colonização que impôs a nos fronteiras de dominação física, social e cultural, as lideranças e comunidades levantaram adversas problemáticas e se organizaram, buscando alternativa que permitissem melhorias nas condições de vida.

Neste processo, em especial com relação a realidade educacional, no ano de 1985 realizou-se uma grande discussão “Que Escola temos Que Escola Queremos” umas das principais conclusões foi que o Governo do Estado deveria se preocupar com as problemáticas vividas nas comunidades. Como um dos resultados desta discussão foi criado o Núcleo de Educação Indígena (NEI) na Secretaria de Estadual de Educação, coordenado no início por não-indios, mas que logo foi assumido por uma liderança indígena.

Em termo do movimento mais amplo, as lideranças indígenas articularam o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que trabalha sobre os diversos problemas indígenas, como a demarcação de Terras, Saúde, Educação e projetos de auto- sustentação.

No ano de 1987 foram construídas pelos indígenas com apoio da Diocese de Roraima, três escolas (Maturuca, Canta Galo e Malacacheta), com o objetivo de promover a valorização da língua e da cultura indígena. A partir desse período, novas escolas foram construídas. Estas escolas formaram os primeiros professores indígenas. No ano de 1990, os professores sentiram a necessidade de estar articulados, criando assim a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR). Em 1994, numa parceria entre OPIR, Secretaria Estadual de Educação, FUNAI e Universidades, cria-se o projeto Magistério Indígena Parcelado, que buscou atender a demanda no campo de formação de professores no ensino fundamental.

Atualmente existem em Roraima 193 escolas indígenas, nas quais trabalham 430 professores indígenas, atendendo aproximadamente 8.500 alunos do ensino fundamental e médio. Neste quadro é preciso habilitar professores indígenas para lecionar nas escolas com ensino fundamental, médio e profissional de acordo com as exigências e garantias da Legislação Nacional de Educação (Constituição federal de 1988, LDB, Resolução 03 do CNE, Plano Nacional de Educação, entre outras).

Na Assembleia Geral da OPIR em Março de 2000, os professores indígenas reivindicaram na Universidade federal de Roraima apoio para elaboração de proposta e viabilização de cursos de formação para uma habilitação plena dos professores indígenas. Tal reivindicação foi considerada viável pelo Reitor desta Universidade. A discussão foi aprofundada e melhor desenhada no II Seminário de Educação Indígena de Roraima em Outubro de 2000 e no presente Seminário.

CARTA DE CANAUANIN/RORAIMA

Após um profundo processo de estudo e reflexão que contou com mesas redondas, debates e trabalhos em grupo para o diagnóstico dos principais desafios em construir um curso de formação universitária que atenda as demandas atuais dos povos indígenas de Roraima, nos, as lideranças indígenas, entendendo a importância e necessidade de ampliar espaços institucionais e parceiros no atendimento à educação indígena, apresentamos as seguintes reivindicações:

- 1) Em nível da União, criar uma instância que considere e articule os níveis de educação (Ensino Fundamental, Médio, Superior e Profissional), superando a atual situação que limita a temática e necessidade das escolas indígenas à Secretaria de Ensino Fundamental;
- 2) Que a SESU apoie técnica e financeiramente a formação de professores indígenas em nível superior atendendo a meta específica do Plano Nacional de Educação (meta nº 17 e aos artigos 78 e 79 da LDB);
- 3) Em nível da União, criação de um fundo específico para financiamento da educação escolar Indígena, a exemplo de FUNDEF e FUNDEJ;
- 4) Agilização da constituição da Comissão Nacional de Professores Indígenas com caráter consultivo e deliberativo;
- 5) Que as Instituições Federais de Ensino Superior através de seus Reitores promovam o diálogo de cooperação entre universidades e organizações indígenas e indigenistas que trabalham com as questões de educação indígena, da Amazônia, meio ambiente e recursos naturais.

Canauanin, 04 de Maio de 2001.